

1 Ata da 236ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação. Aos dezoito dias
2 do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, conforme publicação em
3 Diário Oficial, reuniram-se os integrantes do Conselho Municipal de Educação, na sala
4 1, anexo do Centro de Formação Darcy Ribeiro, em cumprimento à seguinte ordem do
5 dia: aprovação da Ata 235ª; Secretaria do Desenvolvimento Social: Pesquisa sobre o
6 Trabalho Infantil em Santos; Secretaria do Meio Ambiente e Bem-Estar Animal: Código
7 de Posturas do Município de Santos – Lei nº 3531/1968 (Capítulo IV Do Sossego
8 Público) e Lei Complementar nº 1129/2021 (altera o artigo 192 da Lei 3531) – com
9 ênfase às escolas; Câmaras Temáticas: início da elaboração da “Cartilha às Famílias”;
10 assuntos gerais. As assinaturas dos conselheiros presentes encontram-se em lista de
11 presença acostada como parte integrante a esta ata. Justificaram ausência os
12 seguintes conselheiros(as): Suzete Faustina dos Santos (Férias), Maria Helena
13 Marques, Cristina de Almeida Vida Madeira Costa, Joelma Silveira Goularte de Lima,
14 Denize de Simone Ferreira Miranda, Sílvia Maria Smolka Marques, Vivian Garcia de
15 Siqueira, Tatiana Rodrigues Castro de Sousa, Elen Guedes Dallacqua. Convidados
16 presentes: Raquel Avellar do Nascimento, Coordenadora da Associação Santista de
17 Pesquisa, Prevenção e Educação – ASPPE/SEDS, serviço especializado de
18 abordagem social a crianças e adolescentes, Taís Viudes de Freitas Socióloga e
19 Técnica de Referência das ações estratégicas do Programa de Erradicação do
20 Trabalho Infantil - PETI/SEDS, Carolina Ozores (Colégio Mão Amiga), Yasmin Lenir
21 de Castro Operadora Social/SEDS. A Presidente Fabiana Riveiro de Moraes Manini
22 está licenciada por conta do período eleitoral. O Vice-Presidente João Rinaldo (em
23 substituição) iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e colocou a votação
24 da ata anterior, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, as servidoras Raquel
25 Avellar e Taís Viudes da Secretaria de Desenvolvimento Social apresentaram a
26 pesquisa do trabalho infantil no município de Santos. A conversa começou falando
27 sobre a política de assistência social, que se estabelece no sistema único e se dá por
28 meios de programas, projetos e serviços socioassistenciais, visando a garantia de
29 direitos à pessoas em maior vulnerabilidade social. As ações são executadas a partir
30 do que está posto na legislação. O sistema único de assistência social se organiza em
31 proteção social básica, que vai tratar da prevenção, como os CRAS (Centro de
32 Referência Social), e a proteção social especial, que vai tratar casos de violência já
33 instalados e visa a superação dessa violação, que está dividida em média
34 complexidade (serviço especializado) e alta complexidade (quando há uma
35 institucionalização em acolhimento de situações de violência). O Programa de
36 Erradicação de Trabalho Infantil – PETI está estabelecido na política de assistência
37 social, e existe desde 1996, e inicia realizando três ações: o benefício de transferência
38 de renda em situações de trabalho infantil, o trabalho social com a família e o contra
39 turno escolar. Ao longo dos anos, sofre mudanças, e é quando se estabelece a
40 política de assistência social, com legislação atualizada. O trabalho infantil passa por
41 modificações e se molda nas ações estratégicas do PETI, se organizando em cinco
42 eixos: informação e mobilização de ações para falar sobre trabalho infantil,
43 conscientização da sociedade em geral no enfrentamento ao trabalho infantil,
44 identificação das crianças e adolescentes que se encontram na situação de trabalho
45 infantil, fortalecimento da rede de proteção, com o apoio de órgãos como: Ministério
46 Público, Conselhos Tutelares, Judiciário e o Monitoramento (monitorar o que está
47 acontecendo e ações desenvolvidas referentes no combate ao trabalho infantil). O
48 levantamento de dados da pesquisa sobre trabalho infantil no município de Santos, se
49 dá nas vias públicas da cidade, tendo como fonte: a comercialização de produtos, os
50 malabares, a solicitação de dinheiro e outros. O serviço de abordagem atua nas vias
51 públicas e não atende os espaços privados e conta com uma equipe que é composta
52 por técnicas da Psicologia e da Assistência Social, que atende crianças, adolescentes

53 e suas famílias. Esse trabalho consiste em fazer todo um mapeamento, mostrando os
54 pontos de maior incidência de localização desse grupo, e o acompanhamento de
55 constantes migrações para outros locais, que tem práticas de atividades diferenciadas.
56 E também consiste em garantir a proteção, realizando a escuta, o acolhimento dessas
57 famílias e fazendo o encaminhamento para a rede de atendimento. A conselheira Rita
58 Gisela questionou a situação das crianças em situação de trabalho de prostituição. Em
59 resposta, a servidora colocou que, com a chegada das redes sociais, esse contexto
60 sofreu mudanças, ficando difícil identificar situações de prostituição infantil, se
61 tornando um grande desafio, e que precisa de estratégias mais específicas para saber
62 como se atua. A rede de proteção vem tentando fazer diálogos, para ver como se
63 aproxima, identifica e atua com essas pessoas, e assim, conseguir lidar com algumas
64 situações, inclusive o do tráfico de entorpecentes, onde se verifica crianças e
65 adolescentes praticando essa atividade. O Vice-Presidente João Rinaldo perguntou se
66 esse mapeamento é compartilhado com outros órgãos públicos. Em resposta, a
67 servidora respondeu que essas informações estão no site, mas que não há a
68 divulgação desses resultados. Ele funciona para o planejamento do serviço, com
69 diagnósticos e análises, que vão mostrando essas áreas. O Vice-Presidente João
70 Rinaldo se colocou dizendo que, se o material for divulgado, tem como promover
71 políticas públicas, e com isso ter ações integradas que dificultem essa prática. A
72 conselheira Cristina Torquato indagou se o mapeamento mostra as localidades a que
73 pertencem as crianças e adolescentes. Em resposta, a servidora mostrou as
74 localidades de origem ilustrando através de gráficos: 79% são da Baixada Santista,
75 sendo a grande maioria da cidade de São Vicente, 14% são de outras cidades do
76 estado de São Paulo: Barueri, Francisco Morato, Santo André, São Caetano, São
77 Paulo, Pindamonhangaba e Taubaté, de Minas Gerais e do Pará e 4% da Venezuela.
78 A conselheira Elisabete Soares questionou se é realizado um trabalho conjunto com
79 os municípios vizinhos, para identificação de crianças e adolescentes, que acabam
80 mudando de residência, por diversos fatores. Em resposta, a servidora comunicou que
81 os Secretários de Assistência Social da Baixada Santista, passaram a se reunir,
82 promovendo encontros, desde o início deste ano, com o objetivo de discutir assuntos
83 comuns, inclusive o do trabalho infantil, para uma compreensão regional, e também
84 buscar a intersetorialidade, onde todos possam trabalhar em conjunto com a finalidade
85 dos mesmos objetivos, principalmente na busca de soluções para os menos
86 favorecidos. A pesquisa mostrou também que, o número de adolescentes diminuiu, e
87 que o número de crianças pequenas acompanhadas de seus pais, aumentou. Se
88 falando em gênero, prevalece o de adolescentes masculinos, com atividades em
89 diversas práticas, sendo as mais comuns, o de vender doces e pedir dinheiro. Os
90 bairros vistos mais comuns, são da Orla: do Gonzaga, do Embaré, do Boqueirão e da
91 Aparecida. Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS,
92 fazem os atendimentos para os que residem em Santos, visando o fortalecimento
93 protetivo às famílias, e também, o encaminhamento para os Conselhos Tutelares.
94 Para os residentes de outros municípios, são realizados contatos com a rede de
95 atendimento para articulações, para decidir como serão realizados esses
96 atendimentos. Um dos aspectos mais importantes, é quando o trabalho infantil acaba
97 sendo naturalizado, se tornando algo natural para a sociedade. O Vice-Presidente
98 João Rinaldo se pronunciou: como acontecem as abordagens? Durante o dia,
99 eventualmente ou ao longo da semana? Na orla da praia há sempre a presença de
100 adolescentes, principalmente, nos finais de semana, vendendo drogas. A servidora
101 disse que, elas são realizadas, de segunda a segunda, das 11h às 22h e completou
102 dizendo que, quando há tráfico de drogas, o Conselho Tutelar é acionado para realizar
103 a intervenção e dar o encaminhamento necessário. Complementou a sua fala dizendo
104 que, os órgãos competentes fazem a sua parte, mas que a sociedade, também tem

105 que ser vigilante. O adolescente em situação de vulnerabilidade, se torna alvo por
106 parte das autoridades e também do próprio munícipe. O trabalho infantil vai se
107 perpetuando e se agravando, por não ter uma prevenção da situação. Muitas vezes,
108 essas situações, só chegam na rede de proteção por conta de um ato infracional, esse
109 jovem só será visto, quando algo de grave aconteceu. O conselheiro Nicholas Sales
110 descreveu um caso, dizendo que, crianças estavam comercializando balas no bairro
111 do Gonzaga e que a Guarda Municipal mesmo próxima, não fez nenhuma abordagem.
112 A servidora respondeu que a Guarda só interfere, quando há dano ao patrimônio,
113 senão, é direcionado à Assistência Social. Na sequência, o Vice-Presidente João
114 Rinaldo, passou para o próximo item da pauta, Ofício nº 011/2024, enviado em
115 29/08/2024, pelo CME convidando a Secretaria do Meio Ambiente e Bem-Estar
116 Animal, com o intuito de darem orientações sobre a questão do ruído na sala de aula
117 (Lei 3531/1968 – Capítulo IV Do Sossego Público). Esse problema tem acontecido
118 devido a acústica do ambiente, trazendo como consequência, alunos com baixo índice
119 de aprovação nas atividades e professores doentes, afastados por licenças médicas.
120 O CME não obteve resposta, no primeiro momento. O e-mail foi reenviado, em
121 04/09/2024, com pedido de confirmação. A Secretaria, enfim, respondeu que não
122 poderia atender a solicitação, por conta de indisponibilidade de agenda. Então, o Vice-
123 Presidente deu a sugestão de registrar o fato à Ouvidoria Municipal e ao Ministério
124 Público do Trabalho. Nesse momento, houve uma discussão entre os conselheiro para
125 resolver, como seria feito esse encaminhamento. Essa discussão levou a promoção de
126 propostas, e teve a participação dos conselheiros: Nicholas Sales, Kátia Ramires,
127 Cristina Torquato, Rita Gisela, Ivanise Monfredini, Marcos Pasquantonio, Viviane
128 Simone, Elisabete Soares, Márcia Calçada e Daniela Ventura. Ao final da discussão, o
129 Vice-Presidente João Rinaldo abriu para a votação dos conselheiros. E, primeiramente
130 ficou combinado que, seria enviada uma notificação através de e-mail junto com os
131 documentos de comprovação, anexos, à Ouvidoria Municipal, e que, dependendo da
132 resposta, seguiria para o Ministério Público do Trabalho. Essa conclusão vem ao
133 oposto, do que foi acordado pelos conselheiros, na reunião ordinária anterior, mas que
134 com nova votação, prevalece a atual decisão. Continuando, o Vice-Presidente voltou a
135 falar, das cartilhas às famílias. Lembrou de acontecimentos de violência nas escolas
136 nos últimos dias. Voltou a falar sobre os protocolos de atendimentos, que poderiam ser
137 similares em todas as escolas, em passagens de violência, e enfatizando a atuação
138 deste Conselho, na possibilidade da construção de uma cartilha ou elaboração
139 somente de recomendações de segurança. A conselheira Rita Gisela pediu a palavra
140 para confirmar, se a ideia de se fazer a cartilha, tem como foco a orientação aos pais,
141 e gostaria de saber, quais seriam os conteúdos explorados, que assuntos seriam
142 tratados e quais eixos iriam no documento. O conselheiro Nicholas Sales explicou o
143 propósito: as famílias precisam ter o respaldo da escola, por seu filho estar dentro da
144 unidade, e tudo o que acontece, necessitam de orientação para saber como agir.
145 Completou que serão abordados assuntos gerais, que fazem parte da rotina escolar. A
146 conselheira Márcia Calçada disse que essas ações já são executadas na sua escola,
147 todo começo do ano letivo. A conselheira Kátia Ramires disse que não é prático, que
148 não é tão simples, existem peculiaridades e especificidades de faixa etária, de
149 território, e que já existem documentos balizados com essa finalidade. A conselheira
150 Viviane Simone lembrou da fala da Secretária, na reunião de maio, que o documento
151 deveria conter informações, de acesso rápido e ser entregue junto com o uniforme, no
152 início do ano letivo, e complementou que as realidades são diferentes, e precisam ser
153 respeitadas. O Vice-Presidente João Rinaldo pediu a palavra e comentou que, os
154 diretores das escolas não tem o conhecimento do documento do MEC. A conselheira
155 Cristina Torquato deu a ideia, para que em alguma reunião, se faça um chamamento
156 aos diretores da rede estadual. Ainda nesse assunto, a conselheira Elisabete Soares

157 evidenciou dois casos que ocorreram nas escolas, e quais foram as providências
158 tomadas, e também, falou da importância do registro dos profissionais da educação,
159 relatando os encaminhamentos necessários e a tomada da ciência de todos os
160 envolvidos. A conselheira Cristina Torquato sugeriu uma análise da cartilha do MEC,
161 na próxima reunião, em conjunto, com a proposta de fazer um fórum ou seminário, a
162 nível de rede particular, estado e município, com a participação dos diretores. O Vice-
163 Presidente João Rinaldo arrematou que na próxima reunião, se faça um debate e
164 sejam apresentadas ideias, para se começar a elaborar algum documento. E com
165 bases nessas ideias, no futuro, poderão ser feitas as recomendações. E continuando,
166 o Vice-Presidente João Rinaldo, retornou no assunto do ofício do Conselho da
167 Comunidade Negra sobre a ausência dos representantes do CME nas reuniões. Ficou
168 ajustado, o envio de um e-mail colocando a incompatibilidade de horário, mas que as
169 indicadas, permanecerão e farão o possível para estarem presentes. Depois, fez a
170 leitura dos ofícios enviados pela Câmara Municipal de Santos, convite de participação
171 nas Audiências Públicas. Voltou a falar da nomenclatura dada ao profissional da
172 educação, descrita como, docente ou professor, que consta na Deliberação CME
173 001/2024 e no Plano Municipal de Educação. Mas, na maioria das vezes, as
174 Subvencionadas contratam o docente como recreacionista, monitor, educador, e não
175 como professor, o que envolve menor remuneração, prejudicando o profissional. Fez a
176 proposta, de convidar um representante do órgão jurídico da Secretaria de Educação
177 para dar orientações. Terminando, falou do Comunicado recebido pelo CME, do
178 Sindicato dos Professores de Santos e Região - SINPRO, referente a denúncia de
179 uma instituição de ensino, Núcleo de Reabilitação de Deficiência Intelectual São
180 Vicente de Paulo – NUREX, em Santos, onde o professor está sendo obrigado a
181 administrar alimentação por sonda gástrica aos alunos. No Parecer Jurídico: a
182 alimentação por sonda, constitui atividade inerente à enfermagem, devendo a
183 instituição contratar profissional habilitado. A conselheira Elisabete Soares explicou
184 que, a responsabilidade de autorização de funcionamento da Instituição é da
185 Supervisão da Diretoria Regional de Ensino, e não da Secretaria de Educação. A
186 relação da Prefeitura com a Subvencionada, é de Contrato de Fomento. Em relação a
187 essa denúncia, o Vice-Presidente João Rinaldo concluiu que, com base no que a
188 Secretaria de Educação respondeu, no que diretora da Instituição relatou e no que a
189 Diretoria Regional de Ensino informou, o CME está solicitando uma reunião para
190 tratativas referente a esse assunto, que ainda será verificada uma data. O conselheiro
191 Marcos Pasquantonio pediu a palavra, para que fosse registrada, a indignação e a
192 nota de repúdio a todo tipo de violência, que tem acontecido nas escolas, relacionado
193 aos professores: moral, trans fóbica, social, racial, política e outras, destacando o caso
194 ocorrido no Guarujá. Nada mais havendo a tratar, o senhor Vice-Presidente agradeceu
195 a presença de todos, e encerrou a reunião e a presente ata que segue assinada pelo
196 senhor Vice-Presidente João Rinaldo Zeferino de Oliveira (em substituição), se
197 conforme.